

Bolsa começa agosto no azul e sobe 0,59% à espera de balanços corporativos

O Ibovespa, principal índice acionário do país, fechou o pregão desta segunda-feira (2) com alta de 0,59% aos 122.515 pontos, na contramão de alguns índices internacionais. Destaque para as ações do bloco financeiro, principalmente Itaú, Bradesco e BB que terão seus balanços divulgados nesta semana.

Apesar da alta observada no fechamento, os ganhos do índice desaceleraram durante a tarde, em parte refletindo a maior cautela ao redor do mundo diante dos avanços no número de casos da variante delta do coronavírus e em parte pela queda nas ações da Petrobras.

A petroleira terminou o pregão desta segunda com

queda de 0,72% (ordinárias, com direito a voto) e de 1,86% (preferenciais, sem direito a voto).

Além da queda nos preços do petróleo, também pesaram as expectativas para o balanço da companhia na quarta-feira (4) e as afirmações de Bolsonaro sobre os R\$ 3 bilhões disponíveis na Petrobras para cobrir o chamado vale-gás.

Em nota divulgada nesta segunda, a petroleira afirmou que ainda não há definição quanto a programas do tipo e que qualquer projeto dependeria de aprovação pela área de governança da companhia.

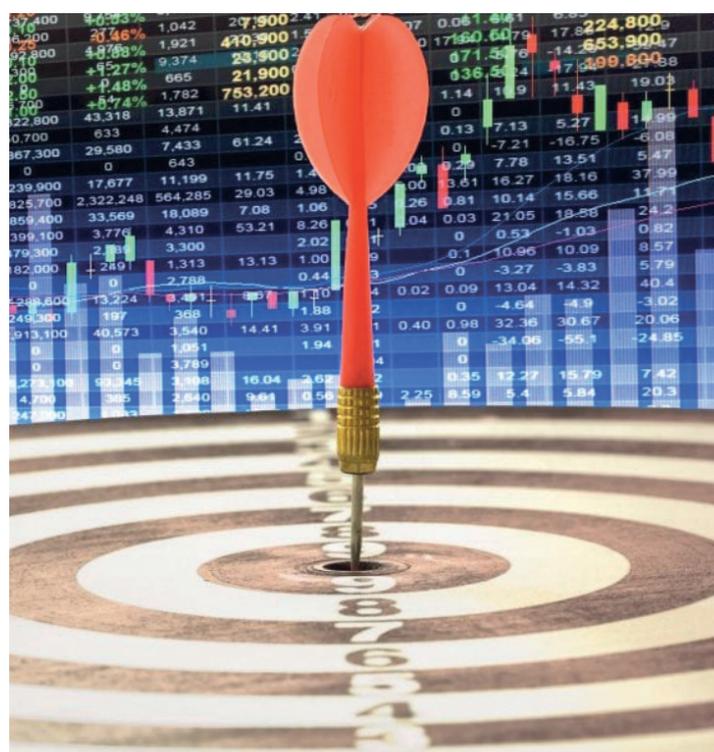
Apesar da alta, o Ibov arrefeceu bem durante o dia, em parte puxado por Petrobras: as ações da companhia terminaram em queda de 1,86%

(PN) e 0,94% (ON) devido a vários fatores: temos balanço da companhia na quarta, preços do petróleo caíram e burburinho do vale-gás, com Petro desmentindo Bolsonaro.

Entre as ações do bloco financeiro, o destaque ficou com Banco do Brasil, que subiu 1,48% na sessão desta segunda.

No exterior, Dow Jones e S&P fecharam em queda de 0,28% e 0,18%, respectivamente. O Nasdaq Composite subiu 0,06%.

No câmbio, o dólar fechou em queda de 0,84% a R\$ 5,1650, reflexo de ajuste de preços depois da alta anterior e na expectativa de que o BC seja mais agressivo na alta da taxa básica de juros (Selic) nesta semana. Folhapress



Economia



Mercado espera alta de varejo e turismo na Bolsa em agosto

Página - 03

Governo aposta em avanço de agenda econômica após reforma ministerial

Página - 03



B3 passa a listar e negociar Fiagro, os fundos de investimentos do agronegócio

Página - 05

País pode ser principal player para investimentos verdes, diz ministra

Página - 05



Política



Governo lança programa de redução voluntária do consumo de energia elétrica

Página - 04

Petrobras diz não ter definição sobre vale-gás prometido por Bolsonaro

Página - 04

No Mundo

Apesar da variante delta, EUA não deve ter novo lockdown, diz Fauci



O principal conselheiro médico do presidente Joe Biden, Dr. Anthony Fauci, disse no domingo que não espera que os Estados Unidos voltem a adotar lockdowns, apesar dos riscos crescentes de infecções por Covid-19 representados pela variante Delta.

“Não acho que veremos bloqueios”, disse Fauci, que também é diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas, no programa “This Week” da ABC.

“Acho que temos o suficiente da porcentagem de pessoas no país – não o suficiente para esmagar o surto –, mas acredito que o suficiente

para não nos permitir entrar na situação em que estávamos no inverno passado.”

O aumento de casos de variantes Delta está sacudindo o mundo. Partes da Ásia que antes eram relativamente bem-sucedidas em conter a Covid-19, como Filipinas, Tailândia e Vietnã, agora estão bloqueando os pontos críticos.

Alguns estão resistindo às novas restrições. A partir de segunda-feira, o pessoal do exército ajudará a policiar a maior cidade da Austrália, Sydney, verificando se as pessoas com teste positivo estão se isolando.

Na França, onde o governo está lutando contra uma

quarta onda de infecções, milhares de pessoas protestaram pelo terceiro fim de semana consecutivo contra a introdução de um passe de saúde obrigatório que comprove a vacinação que será necessária para a entrada em muitos locais públicos.

Embora Fauci não ache que os Estados Unidos precisarão fechar novamente como fizeram no ano passado, ele alertou na ABC que “as coisas vão piorar” à medida que a variante Delta continua a se espalhar.

“Temos 100 milhões de pessoas neste país que são elegíveis para serem vacinadas e que não estão sendo vacinadas”, disse ele.

O minúsculo país da América Latina que deve se tornar meca da riqueza

De frente para o mar do Caribe, o menor país da América do Sul vem passando por uma transformação. Grandes companhias petrolíferas vêm fazendo importantes descobertas de reservas de óleo e gás no litoral do país. Nesta quinta, 29, teve mais uma novidade, com a TotalEnergies e a APA Corporation anunciando a identificação de superbacias de petróleo.

As empresas já preveem investimentos bilionários. Não que isso seja uma novidade na região: a Guiana, vizinha do Suriname, é outra candidata a nova meca do petróleo, com uma reserva estimada em 10 bilhões de barris. A diferença é que o pequeno país de 600.000 habitantes já tem experiência na exploração da commodity para uso doméstico e possui uma companhia petrolífera própria, a

Staatsolie, que pode lhe dar alguma vantagem competitiva.

A grande questão é o que vai acontecer com o Suriname depois que o dinheiro começar a fluir. Hoje, o país vive uma vida relativamente pacata, com campeonatos de pássaros cantores aos domingos, na capital, Paramaribo, e uma certa acomodação política depois de décadas de autoritarismo e disputas de poder.

A economia, no entanto, ainda tenta se equilibrar: o país está renegociando sua dívida externa, na casa de 700 milhões de dólares, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e deve amargar um crescimento pífilo este ano, de 0,7%, enquanto procura arrumar a casa. A receita com os royalties de petróleo deve se concretizar nos próximos anos, quando a exploração tiver início.

Exame



Número de mortos por chuvas na China triplica, e autoridades começam investigação por negligência



Um novo levantamento feito pelas autoridades chinesas triplicou o número de mortes em decorrência das chuvas catastróficas que inundaram cidades na província de Henan. A nova cifra registrou 302 mortes até esta segunda-feira (2) –até a semana passada, havia 99 óbitos confirmados.

Em Zhengzhou, cidade com 12 milhões de habitantes ao longo do rio Amarelo, houve 292 mortos, entre os quais estão 14 pessoas que morreram durante o alagamento de uma estação de metrô. Ao todo, ao menos 39 pessoas morreram em áreas

subterrâneas da cidade, incluindo garagens e túneis.

Durante três dias no mês passado, choveu em Zhengzhou uma quantidade próxima do que era esperado para o ano todo, causando danos generalizados na cidade, um importante centro logístico da China, e levantando um debate sobre a preparação do país para lidar com eventos climáticos extremos.

Segundo as autoridades, ainda há cerca de 50 pessoas desaparecidas na província de Henan –47 em Zhengzhou. O prejuízo econômico é estimado em 114 bilhões de yuans (R\$ 90,7 bilhões), com mais de 580 mil hectares de

terras agrícolas afetados pelas chuvas.

O Conselho de Estado da China, órgão responsável por comandar o dia a dia do governo e a economia, disse que formará uma equipe para investigar o desastre em Zhengzhou e responsabilizar as autoridades caso seja constatado que houve algum nível de negligência.

O saldo de mortos e desaparecidos em decorrência das chuvas é o pior da China desde uma inundação que provocou um deslizamento de terra em Zhouqu, na província de Gansu, em 2010.

Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Mercado espera alta de varejo e turismo na Bolsa em agosto



As expectativas sobre a reabertura da economia brasileira têm ditado a estratégia das carteiras de ações formuladas por analistas e gestores para agosto.

A perspectiva é que o movimento beneficie principalmente setores ligados ao comércio, ao varejo e ao turismo. Os segmentos financeiro, de educação e de commodities também devem se destacar.

Segundo a estrategista de ações da XP Investimentos Jennie Li, apesar de atrasado em relação a países da Europa ou aos EUA, o Brasil já começa a entrar em um ciclo mais forte de recuperação.

“As coisas começaram a voltar ao normal, as regras de restrição [à circulação] começam a ser mais afrouxadas e a vacinação se acelerou. Isso

abre espaço para os setores mais voltados ao cenário doméstico”, afirmou.

Por outro lado, o investidor deve estar atento a fatores que podem conturbar esse cenário, como a o avanço da variante delta do coronavírus, o ambiente político tencionado pelas declarações, sem provas, de fraude no processo eleitoral pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e pela CPI da Covid-19, risco fiscal e pressões inflacionárias.

O varejo discricionário —que envolve eletrodomésticos, vestuário e alimentação— está no topo das expectativas do mercado, considerando que haja alguma normalização da atividade.

No setor, os destaques ficaram com Americanas e Arezzo, e analistas esperam bons

retornos também de Lojas Americanas, Renner, Magazine Luiza, Grupo Soma e Via Varejo.

O mesmo acontece com ações de shoppings —como Multiplan, Aliansce Sonae, BR Malls e Iguatemi—, BR Properties (setor imobiliário) e Ambev, na área de consumo.

Segmento duramente afetado pelas restrições impostas pela pandemia, o turismo está na mira dos analistas, que esperam melhora com a reabertura. O estado de São Paulo já flexibilizou o horário e capacidade de ocupação do comércio e vai eliminar as restrições a partir de 17 de agosto, e a Prefeitura do Rio anunciou quatro dias de festa em setembro para comemorar “o fim da pandemia”.

Isabela Bolzani/Folhapress

Governo aposta em avanço de agenda econômica após reforma ministerial



Apesar da janela curta até as eleições, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro espera avançar na agenda de reformas e privatização no Congresso.

O governo aposta que a reforma ministerial, que aproxima ainda mais Palácio do Planalto e centrão, irá facilitar a tramitação de projetos de interesse do Ministério da Economia, de Paulo Guedes.

Aliado do presidente Jair Bolsonaro, Ciro Nogueira (PP-PI) se licenciou da vaga de senador e foi nomeado para a Casa Civil. No ministério, vai cuidar da articulação política.

O ministro é líder do centrão, grupo de partidos que se alinhou a Bolsonaro após a liberação de cargos e emen-

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
Yasmin Garcia Batista Elias, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 48.350.035-5 SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 055.284.471-35, residente e domiciliada na Rua Bueno Brandão, nº 134, apto 191, Vila Nova Conceição, CEP 04509-020, na cidade de São Paulo/SP, e-mail: gb.yasmin@gmail.com, abaixo subscrito(a), na condição de acionista, por intermédio do presente instrumento, declara sua intenção de participar do controle societário de empresa de Capitalização, a ser constituída, em processo de aprovação junto à Susep – Superintendência de Seguros Privados, e, declara inexistir restrições que possam afetar a sua reputação, conforme inciso VIII do Artigo 5º do Anexo I da Resolução CNSP 330/15. ESCLARECE que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Susep, Av. Presidente Vargas, 730 – 9º andar, Rio de Janeiro, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante poderá, na forma da legislação em vigor, ter direito à vista do respectivo processo. São Paulo, 20 de julho de 2021. Yasmin Garcia Batista Elias.

FGV: inflação pelo IPC-S acumula alta de 8,76% em 12 meses

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) subiu 0,92% na quarta quadrimestre de julho, acumulando alta de 8,76% nos últimos 12 meses. Os dados foram divulgados ontem (2), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Houve aumento em quatro das oito classes de despesa que compõem o índice, com destaque para o grupo Habitação, que passou de 1,77% na apuração anterior para 2,09%. Segundo a pesquisa, a tarifa de eletricidade residencial puxou a alta, passando de 6,28% para 7,80%.

Os outros grupos que registraram alta nas taxas de variação foram Transportes, que passou de 0,74% para 0,85%, com a gasolina indo de 1,47% para 1,85%;

Alimentação (de 0,70% para 0,78%, com as hortaliças e legumes passando de -3,94% para -0,17%; e Saúde e Cuidados Pessoais (-0,06% na apuração anterior para 0,00%, dentro do qual artigos de higiene e cuidado pessoal foram de 0,96% para 1,22%).

Paralelamente, houve queda nas taxas de variação nos grupos Educação, Leitura e Recreação (2,37% para 1,42%); Vestuário (0,20% para 0,08%), com as roupas masculinas passando de 0,76% para 0,31%; Comunicação (0,00% para -0,09%), onde as mensalidades para TV por assinatura foram de -0,16% para -0,38%; e Despesas Diversas (0,05% para 0,02% - a tarifa postal passou de 0,75% para 0,00%).

A análise destaca também a queda na variação das passagens aéreas, que foram de 22,46% para 13,11%.

Akemi Nitahara/ABR

das. A expectativa é que Ciro dê sequência a essa estratégia e, com isso, esses partidos fiquem menos resistentes a pautas impopulares, como reformas e privatizações.

O Congresso retoma as atividades a partir desta segunda-feira (2). Apesar das expectativas positivas no Ministério da Economia, ajustes nas propostas devem ser necessários.

É o caso, por exemplo, do projeto de criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), primeira etapa da reforma tributária. Enviado pelo governo há cerca de um ano, o texto deve ser votado somente depois da proposta que muda o Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, enviada há mais de um mês.

No projeto original da

CBS, que unifica PIS e Cofins, a alíquota seria de 12%. Governo e Congresso avaliam criar percentuais diferentes para alguns setores.

A ideia em discussão é criar uma alíquota mais baixa para comércio e serviços. Já para a indústria, a tendência é fixar um patamar mais elevado.

“Estamos ouvindo os setores para depois formatar nosso relatório”, disse o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), relator do projeto.

Já a perspectiva para o texto que muda o IR é mais promissora, apesar das críticas recebidas. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o projeto deve ser votado já na próxima semana, na volta do recesso. Folhapress

Política

Governo lança programa de redução voluntária do consumo de energia elétrica



O MME (Ministério de Minas e Energia) abriu nesta segunda (2) consulta pública para debater as regras do programa de redução voluntária da demanda de energia elétrica, iniciativa para tentar reduzir o risco de apagões no fim do ano.

É o primeiro plano relacionado à demanda desde que a Creg (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética) foi criada, no fim de junho. O foco da câmara em iniciativas de aumento da oferta é visto por alguns especialistas como um sinal de negacionismo do governo no enfrentamento da crise.

O programa de redu-

ção voluntária da demanda é voltado apenas a grandes consumidores e prevê o pagamento de compensação financeira a empresas que se disponham a reduzir o consumo por períodos de quatro e de sete horas por dia.

O valor das compensações ainda não foi definido. Segundo portaria divulgada nesta segunda, as empresas interessadas terão de informar ao ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) quanto podem economizar e quanto desejam receber.

Com base nas ofertas, o operador fará estudos técnicos para subsidiar decisão do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) so-

bre o aceite das propostas. Os lotes de economia devem ser maiores do que 30 MW (megawatts) médios.

A portaria do MME define que, se o custo da economia for menor do que o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), hoje em seu valor máximo, de R\$ 583,88 por MWh (megawatt-hora), a diferença será retornada ao consumidor via encargos cobrados na conta de luz.

Se for maior, os encargos pagarão a diferença, que posteriormente será rateada por todos os consumidores, hoje já pressionados pela bandeira vermelha nível 2, a mais cara taxa extra cobrada para pagar usinas térmicas. Nicola Pamplona/Folha

Bolsonaro critica taxação de grandes fortunas e diz que agora é crime ser rico no Brasil



O presidente Jair Bolsonaro criticou nesta segunda-feira (2) propostas de taxar grandes fortunas e disse que ser rico no Brasil se tornou um crime.

“Alguns querem que eu taxe grandes fortunas no Brasil. É um crime agora ser rico no Brasil. A França, há poucas décadas, fez isso. O capital foi para a Rússia”, disse o presidente durante evento no Ministério da Cidadania.

A declaração de Bolsonaro ocorre no momento em que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta calibrar a proposta preliminar da segunda fase da reforma tributária, que mexe nas regras do Imposto de Renda e desagradou empresários.

Petrobras diz não ter definição sobre vale-gás prometido por Bolsonaro

Após o presidente Jair Bolsonaro dizer que a Petrobras tem um plano para reduzir o custo do botijão de gás para a população de baixa renda, a empresa afirmou em nota que “não há definição” quanto a programas do tipo e que qualquer projeto dependeria de aprovação pela área de governança da companhia.

O estatuto da estatal a proíbe de financiar políticas públicas que gerem prejuízo às suas operações. Segundo o texto, a participação em investimentos ou a concessão de subsídios não lucrativos depende do estabelecimento de contrapartidas financeiras.

Na sexta (30), em entrevista ao Programa do Ratinho, do SBT, Bolsonaro disse que a Petrobras tem “uma reserva de aproximadamente R\$ 3 bilhões para atender realmente esses mais necessitados”. “Seria um vale-gás, seria o equivalente –no que está

sendo estudado até agora– a um bujão de graça a cada dois meses”, afirmou.

Desde o início do governo Bolsonaro, o preço do gás de cozinha vendido pela Petrobras acumula alta de 66%, reflexo da desvalorização cambial e de uma mudança na política de preços da estatal, que deixou de subsidiar o produto vendido para envase em botijões de 13 quilos.

Na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o botijão custava, em média no país, R\$ 92,79. Em alguns locais, a pesquisa da agência encontrou o produto sendo vendido por R\$ 130.

A escalada, que atinge de maneira mais forte a população de baixa renda, vem tendo impacto na popularidade do presidente, que isentou o produto de impostos federais, mas sem grande efeitos sobre os preços. Nicola Pamplona/Folhapress



“Querem que se aumente carga tributária, que se table preços, como a Argentina fez com a carne. Não só faltou no mercado, como subiu de preço”, disse ainda Bolsonaro.

O presidente fazia críticas, no discurso, aos governos da Argentina e da Venezuela. Ele afirmava que o Brasil pode entrar em crise se permitir a volta de governos de esquerda.

Atrás nas pesquisas eleitorais, Bolsonaro tem dito que há um complô para fraudar as eleições em 2022 e impedir a sua reeleição ao Planalto.

“Escolhas erradas, populista, demagógicas. Vendendo ilusão. Prometendo paraíso. Dividir riqueza e renda. Alguém conhece algum empresário socialista? Alguem

empreendedor comunista?”, disse o presidente sobre os países governados pela esquerda.

A proposta preliminar da segunda fase da reforma tributária, que mexe nas regras do Imposto de Renda, causou gritaria entre empresários ao colocar uma taxação de 20% sobre a distribuição de lucros e dividendos aos acionistas e cortar o IR para as empresas abaixo do que elas gostariam.

Assustado com a repercussão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao empresário que estava disposto a calibrar pontos da reforma. O texto do relator, Celso Sabido (PSDB-PA), ainda está em discussão e diversas mudanças na versão preliminar já ocorreram. Folhapress



Geadas no Sul e no Sudeste: qual o impacto para a inflação e para as ações de agro da Bolsa



Em meio a condições climáticas adversas, com uma intensa onda de frio prejudicando o agronegócio e uma crise hídrica contribuindo para custos mais elevados de energia elétrica, o bolso dos consumidores deve sentir mais nos próximos meses.

O mesmo vale para investidores de ações, que têm empresas do agronegócio na carteira, que devem ficar atentos aos potenciais impactos nas companhias.

Em relatório divulgado nesta sexta, a XP avalia que a geadas de julho e dessa semana nas regiões Sul e Sudeste podem se traduzir em uma inflação ainda mais alta no curto prazo.

Isso porque, com a diminuição da oferta, devido ao impacto das geadas nas colheitas, os preços tendem a subir e esse repasse aos consumidores costuma ser rápido.

Na avaliação da XP, isso pode significar alta de 0,10 ponto percentual na projeção de inflação para 2021, já em 6,7%.

Entre as culturas mais impactadas pela intensa onda de frio, a XP destaca o café, as hortaliças e as frutas.

O frio intenso, somado ainda à estiagem severa, que impactou fortemente os preços de grãos – como soja e milho, cana de açúcar, café e cítricos –, e elevou o custo da energia elétrica, especialmente no setor industrial, tende a pressionar

ainda mais o índice de preços.

No caso da carne bovina, a XP escreve que a alta segue sustentada pelas exportações brasileiras de carne para a China em um cenário de escassez de animais prontos para abate. E a falta de chuvas fez com que o confinamento do gado aumentasse, gerando mais custos aos produtores.

Tatiana Nogueira, economista da XP que assina o relatório, chama atenção ainda para a reabertura da economia pós-Covid, permitindo que serviços tenham seus preços reajustados, de uma forma mais rápida do que a projetada já esse ano.

Desta forma, a inflação pode ficar acima de 7% no ano, segundo Nogueira.

Infomoney

B3 passa a listar e negociar Fiagro, os fundos de investimentos do agronegócio

A B3 passa a aceitar desde de ontem 02/08, pedidos de listagem dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro). Serão consideradas para essa listagem as categorias de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Fiagro-FIDC), Fundo de Investimento Imobiliário (Fiagro-FII) e Fundo de Investimento em Participações (Fiagro-FIP), em linha com a regulamentação editada pela CVM.

Com essa iniciativa, a B3, a bolsa do Brasil, amplia ainda mais sua oferta de produtos voltados ao agronegócio e oferece novas possibilidades de diversificação ao investidor, facilitando a sua exposição à agroindústria, setor tão relevante para a economia brasileira.

Além de poder contar

com uma gestão profissionalizada dos fundos, a exemplo do que acontece no mercado imobiliário, o investidor também terá benefícios fiscais como isenção de IR para Pessoa Física, o que pode contribuir para a atração de investimentos para o agronegócio e, conseqüentemente, trazer desenvolvimento para o setor produtivo e para o país.

“O potencial de mercado dos fundos de investimentos que investem em ativos ligados ao agronegócio é bastante relevante: não apenas pelo dinamismo do setor, como também pela possibilidade de maior diversificação para os investidores finais em um contexto de crescente relevância do agronegócio no País”, destaca Fabiana Perobelli, superintendente de Relacionamento com Clientes Brasil da B3.

Notícias Agrícolas



País pode ser principal player para investimentos verdes, diz ministra



A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, disse ontem (2) que o Brasil pode ser o principal player para investimentos verdes no mundo e que sua pasta está trabalhando por esse objetivo. Segundo a ministra, a análise dos dados declarados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), ao ajudar na implementação do Código Florestal, tem potencial para fazer o país a aumentar recursos na gestão de títulos verdes.

“Atualmente, estima-se R\$ 30 bilhões em gestão de títulos verdes no país, com grande potencial de crescimento, frente a US\$ 1 trilhão

de recursos investidos em fundos sustentáveis internacionais. O Brasil pode ser o principal player para investimentos verdes no mundo, e o ministério está trabalhando e apoiando isso”, acrescentou a ministra.

Em sua participação no 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio, Tereza Cristina destacou a “política única” que deve ser defendida de forma consensual por todos os países da América do Sul e Caribe na Cúpula de Sistemas Alimentares, prevista para setembro na sede das Nações Unidas, em Nova York.

A ministra disse que o Brasil tem conseguido conciliar produtividade com sustentabilidade, no modelo

agropecuário que vem desenvolvendo. Ela lembrou que o Serviço Florestal Brasileiro está sob seu “guarda-chuva” e que o avanço na implementação do código florestal está entre as prioridades da pasta.

De acordo com ela, a legislação será fundamental para que o país se torne líder na agenda global da sustentabilidade, conciliando produção agropecuária com conservação ambiental.

“Para isso lançamos a ferramenta AnalisaCAR. Com tecnologia de geoprocessamento, poderemos avançar na análise automatizada de cadastro ambiental, trazendo segurança jurídica e celeridade nesse processo.”

Notícias Agrícolas

Publicidade Legal

Globalweb Outsourcing do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 12.130.013/0001-64

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações dos Resultados				Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido																																																						
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019	Capital social integralizado	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido																																																				
Circulante		80.546.856	55.467.604	Circulante		61.122.665	42.661.826																																																							
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.497.464	1.268.862	Empréstimos e financiamentos	12	6.904.770	5.689.156																																																							
Contas a receber	5	30.770.373	35.410.309	Fornecedores	13	3.695.620	3.704.697																																																							
Tributos e contribuições a recuperar	6	7.989.081	9.175.592	Tributos e contribuições sociais	14	34.165.286	16.430.601																																																							
Outros créditos	7	7.993.892	9.612.841	Obrigações trabalhistas	15	11.400.841	12.372.556																																																							
Créditos Fiscais	7	32.296.047	-	Outras contas a pagar	16	4.956.148	4.464.816																																																							
Não circulante		18.676.181	37.253.461	Não circulante		23.279.796	36.472.391																																																							
Partes relacionadas – contas a receber	8	12.716.443	33.667.586	Empréstimos e financiamentos	12	5.186.281	6.794.796																																																							
Outros créditos	7	2.481.010	244.017	Partes relacionadas – contas a pagar	8	1.279.442	2.728.369																																																							
		15.197.453	33.911.602	Tributos e contribuições sociais	14	14.454.765	24.798.076																																																							
Investimentos	9	2.593.732	2.343.759	Provisão para demandas judiciais	17	2.359.307	2.151.151																																																							
Imobilizado	10	307.155	337.824	Patrimônio líquido		14.820.577	13.586.847																																																							
Intangível	11	577.841	660.276	Capital social	18	29.510.823	29.510.823																																																							
Total do ativo		99.223.037	92.721.065	(-) Prejuízo acumulado		(14.690.246)	(15.923.975)																																																							
				Total do passivo e do patrimônio líquido		99.223.037	92.721.065																																																							
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis (Valores expressos em reais)																																																														
1. Contexto operacional – A Global Web Outsourcing do Brasil S.A. (Companhia) foi constituída em 21/06/2010, com sede na Cidade de Santana de Parnaíba, na Avenida Yojiro Takaoka, nº 4.384, conjuntos 1010, Edifício Shopping Service. A Global Web Outsourcing do Brasil S.A. tem como atividade preponderante a prestação de serviços de terceirização voltados à tecnologia da informação, sendo seu principal foco a computação em nuvens que visa oferecer a seus clientes ganhos de eficiência significativa em suas operações de TI. As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30/04/2021.																																																														
2. Base de preparação – a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas de médio e pequeno porte seguindo a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (“NBC TG 1000 (R1)”). b) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Empresa é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nessas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 3. Principais práticas contábeis – As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis: a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros foram contabilizados e estão sendo apresentados conforme disposições integradas das Seções 11 e 12 da NBC TG 1000 (R1). Reconhecimento e mensuração: A Empresa reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Empresa avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante. A Empresa baixa um ativo financeiro apenas quando: (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; (ii) a Empresa transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; (iii) a Empresa, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferir o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência. A Empresa baixa um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto – ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. c) Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime de competência. d) Estoque: Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os custos desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda. e) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização. f) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. g) Depreciação: A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear de cada parte de um item do imobilizado. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado: Os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A Administração da Empresa não identificou nenhum indício de que o ativo imobilizado pudesse estar com custos superiores aos seus valores recuperáveis em 31/12/2020 e 2019. h) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. i) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. j) Auração do resultado: O resultado foi apurado segundo o regime de competência. Receita: As receitas (operacionais, financeira, outras) são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando os benefícios econômicos futuros fluírem para a Empresa. k) Imposto de renda e contribuições social: São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as																																																														
incluirão ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou excludentes de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável. l) Novas pronunciações técnicas, revisões e interpretações ainda não em vigor: A Empresa adota o CPC PME como base de suas contabilizações. Neste cenário, não há conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2019 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Empresa. 4. Caixa e equivalentes de caixa																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa</td> <td>391</td> <td>391</td> </tr> <tr> <td>Banco Itaú</td> <td>17.407</td> <td>1.011.532</td> </tr> <tr> <td>Banco Bradesco</td> <td>36</td> <td>31</td> </tr> <tr> <td>Caixa Econômica Federal</td> <td>9.047</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Banco Santander</td> <td>622</td> <td>580</td> </tr> <tr> <td>Banco do Brasil</td> <td>1.213.929</td> <td>267</td> </tr> <tr> <td>Banco Tricury</td> <td>256.032</td> <td>256.032</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>29</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.497.464</td> <td>1.268.862</td> </tr> </tbody> </table> <p>As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais podem ser resgatados a qualquer momento sem qualquer prejuízo a liquidez da Empresa.</p>															31/12/2020	31/12/2019	Caixa	391	391	Banco Itaú	17.407	1.011.532	Banco Bradesco	36	31	Caixa Econômica Federal	9.047	-	Banco Santander	622	580	Banco do Brasil	1.213.929	267	Banco Tricury	256.032	256.032	Aplicações financeiras	-	29	Total	1.497.464	1.268.862																			
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Caixa	391	391																																																												
Banco Itaú	17.407	1.011.532																																																												
Banco Bradesco	36	31																																																												
Caixa Econômica Federal	9.047	-																																																												
Banco Santander	622	580																																																												
Banco do Brasil	1.213.929	267																																																												
Banco Tricury	256.032	256.032																																																												
Aplicações financeiras	-	29																																																												
Total	1.497.464	1.268.862																																																												
5. Contas a receber de clientes																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Duplicatas a receber</td> <td>31.691.714</td> <td>36.809.883</td> </tr> <tr> <td>(-) Provisão crédito liquidação duvidosa (i)</td> <td>(921.341)</td> <td>(1.399.574)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>30.770.373</td> <td>35.410.309</td> </tr> </tbody> </table> <p>As provisões para liquidação duvidosa são efetuadas para todos os títulos vencidos a mais de 90 dias. A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:</p>															31/12/2020	31/12/2019	Duplicatas a receber	31.691.714	36.809.883	(-) Provisão crédito liquidação duvidosa (i)	(921.341)	(1.399.574)	Total	30.770.373	35.410.309																																					
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Duplicatas a receber	31.691.714	36.809.883																																																												
(-) Provisão crédito liquidação duvidosa (i)	(921.341)	(1.399.574)																																																												
Total	30.770.373	35.410.309																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A vencer: Até 30 dias</td> <td>26.480.665</td> <td>30.498.575</td> </tr> <tr> <td>31 a 60 dias</td> <td>1.645.419</td> <td>79.603</td> </tr> <tr> <td>61 a 90 dias</td> <td>-</td> <td>672</td> </tr> <tr> <td>Acima 91 dias</td> <td>-</td> <td>2.953.335</td> </tr> <tr> <td>Vencidos: Até 30 dias</td> <td>1.470.700</td> <td>813.125</td> </tr> <tr> <td>31 a 60 dias</td> <td>78.532</td> <td>100.052</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	A vencer: Até 30 dias	26.480.665	30.498.575	31 a 60 dias	1.645.419	79.603	61 a 90 dias	-	672	Acima 91 dias	-	2.953.335	Vencidos: Até 30 dias	1.470.700	813.125	31 a 60 dias	78.532	100.052																												
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
A vencer: Até 30 dias	26.480.665	30.498.575																																																												
31 a 60 dias	1.645.419	79.603																																																												
61 a 90 dias	-	672																																																												
Acima 91 dias	-	2.953.335																																																												
Vencidos: Até 30 dias	1.470.700	813.125																																																												
31 a 60 dias	78.532	100.052																																																												
10. Imobilizado – a) Composição do imobilizado																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">% – Taxa anual de depreciação</th> <th colspan="2">31/12/2020</th> <th colspan="2">31/12/2019</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Custo</th> <th>Depreciação acumulada</th> <th>Líquido</th> <th>Líquido</th> <th>Líquido</th> <th>Líquido</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>3.114.715</td> <td>(2.938.465)</td> <td>176.250</td> <td>230.040</td> <td>230.040</td> </tr> <tr> <td>Instalações</td> <td>10</td> <td>40.484</td> <td>(19.514)</td> <td>20.970</td> <td>26.877</td> <td>26.877</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>88.519</td> <td>-</td> <td>88.519</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>10</td> <td>188.508</td> <td>(167.091)</td> <td>21.416</td> <td>80.907</td> <td>80.907</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>3.432.226</td> <td>(3.125.071)</td> <td>307.155</td> <td>337.824</td> <td>337.824</td> <td>337.824</td> </tr> </tbody> </table> <p>O ativo imobilizado da empresa está livre de garantias ou penhor.</p>															% – Taxa anual de depreciação		31/12/2020		31/12/2019			Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido	Equipamentos de informática	20	3.114.715	(2.938.465)	176.250	230.040	230.040	Instalações	10	40.484	(19.514)	20.970	26.877	26.877	Veículos	20	88.519	-	88.519	-	-	Móveis e utensílios	10	188.508	(167.091)	21.416	80.907	80.907	Total	3.432.226	(3.125.071)	307.155	337.824	337.824	337.824
	% – Taxa anual de depreciação		31/12/2020		31/12/2019																																																									
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido																																																								
Equipamentos de informática	20	3.114.715	(2.938.465)	176.250	230.040	230.040																																																								
Instalações	10	40.484	(19.514)	20.970	26.877	26.877																																																								
Veículos	20	88.519	-	88.519	-	-																																																								
Móveis e utensílios	10	188.508	(167.091)	21.416	80.907	80.907																																																								
Total	3.432.226	(3.125.071)	307.155	337.824	337.824	337.824																																																								
11. Intangível – a) Composição do intangível																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">% – Taxa anual de amortização</th> <th colspan="2">31/12/2020</th> <th colspan="2">31/12/2019</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Custo</th> <th>Depreciação acumulada</th> <th>Líquido</th> <th>Líquido</th> <th>Líquido</th> <th>Líquido</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Sistemas e aplicativos – SFW</td> <td>3.693.865</td> <td>(3.116.024)</td> <td>577.841</td> <td>660.276</td> <td>660.276</td> <td>660.276</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>3.693.865</td> <td>(3.116.024)</td> <td>577.841</td> <td>660.276</td> <td>660.276</td> <td>660.276</td> </tr> </tbody> </table>															% – Taxa anual de amortização		31/12/2020		31/12/2019			Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido	Sistemas e aplicativos – SFW	3.693.865	(3.116.024)	577.841	660.276	660.276	660.276	Total	3.693.865	(3.116.024)	577.841	660.276	660.276	660.276																					
	% – Taxa anual de amortização		31/12/2020		31/12/2019																																																									
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido																																																								
Sistemas e aplicativos – SFW	3.693.865	(3.116.024)	577.841	660.276	660.276	660.276																																																								
Total	3.693.865	(3.116.024)	577.841	660.276	660.276	660.276																																																								
12. Empréstimos e financiamentos																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Banco Itaú – Conta garantida</td> <td>3.207.331</td> <td>2.647.431</td> </tr> <tr> <td>Banco Tricury</td> <td>3.899.716</td> <td>5.000.000</td> </tr> <tr> <td>Caixa Econômica Federal</td> <td>4.614.893</td> <td>3.702.127</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos PF</td> <td>319.056</td> <td>980.072</td> </tr> <tr> <td>Leasim Operacional</td> <td>50.055</td> <td>154.322</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>12.091.051</td> <td>12.483.952</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Banco Itaú – Conta garantida	3.207.331	2.647.431	Banco Tricury	3.899.716	5.000.000	Caixa Econômica Federal	4.614.893	3.702.127	Empréstimos PF	319.056	980.072	Leasim Operacional	50.055	154.322	Total	12.091.051	12.483.952																												
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Banco Itaú – Conta garantida	3.207.331	2.647.431																																																												
Banco Tricury	3.899.716	5.000.000																																																												
Caixa Econômica Federal	4.614.893	3.702.127																																																												
Empréstimos PF	319.056	980.072																																																												
Leasim Operacional	50.055	154.322																																																												
Total	12.091.051	12.483.952																																																												
13. Fornecedores																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores nacionais</td> <td>3.368.365</td> <td>2.885.818</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores exterior</td> <td>327.255</td> <td>818.879</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>3.695.620</td> <td>3.704.697</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Fornecedores nacionais	3.368.365	2.885.818	Fornecedores exterior	327.255	818.879	Total	3.695.620	3.704.697																																					
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Fornecedores nacionais	3.368.365	2.885.818																																																												
Fornecedores exterior	327.255	818.879																																																												
Total	3.695.620	3.704.697																																																												
14. Tributos e contribuições sociais																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>INSS/FGTS</td> <td>9.293.519</td> <td>1.072.015</td> </tr> <tr> <td>Sindicato</td> <td>114.094</td> <td>191.332</td> </tr> <tr> <td>IRRF</td> <td>8.311.874</td> <td>5.693.499</td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>-</td> <td>367</td> </tr> <tr> <td>ISS</td> <td>385.006</td> <td>612.092</td> </tr> <tr> <td>CSRF</td> <td>147.220</td> <td>47.720</td> </tr> <tr> <td>PIS/Cofins</td> <td>3.537.283</td> <td>1.789.973</td> </tr> <tr> <td>Parcelamentos curto prazo</td> <td>12.376.290</td> <td>7.023.003</td> </tr> <tr> <td>Parcelamento longo prazo</td> <td>14.454.765</td> <td>24.798.076</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>48.620.051</td> <td>41.228.677</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	INSS/FGTS	9.293.519	1.072.015	Sindicato	114.094	191.332	IRRF	8.311.874	5.693.499	ICMS	-	367	ISS	385.006	612.092	CSRF	147.220	47.720	PIS/Cofins	3.537.283	1.789.973	Parcelamentos curto prazo	12.376.290	7.023.003	Parcelamento longo prazo	14.454.765	24.798.076	Total	48.620.051	41.228.677																
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
INSS/FGTS	9.293.519	1.072.015																																																												
Sindicato	114.094	191.332																																																												
IRRF	8.311.874	5.693.499																																																												
ICMS	-	367																																																												
ISS	385.006	612.092																																																												
CSRF	147.220	47.720																																																												
PIS/Cofins	3.537.283	1.789.973																																																												
Parcelamentos curto prazo	12.376.290	7.023.003																																																												
Parcelamento longo prazo	14.454.765	24.798.076																																																												
Total	48.620.051	41.228.677																																																												
15. Obrigações trabalhistas																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários a pagar</td> <td>3.923.593</td> <td>4.088.160</td> </tr> <tr> <td>Provisão férias</td> <td>7.477.248</td> <td>8.284.396</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>11.400.841</td> <td>12.372.556</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Salários a pagar	3.923.593	4.088.160	Provisão férias	7.477.248	8.284.396	Total	11.400.841	12.372.556																																					
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Salários a pagar	3.923.593	4.088.160																																																												
Provisão férias	7.477.248	8.284.396																																																												
Total	11.400.841	12.372.556																																																												
16. Outras contas a pagar																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas de consumo, benefícios e consultorias</td> <td>4.945.231</td> <td>4.248.346</td> </tr> <tr> <td>Aluguéis</td> <td>10.915</td> <td>7.968</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento de clientes</td> <td>-</td> <td>101.466</td> </tr> <tr> <td>Creditos com terceiros</td> <td>-</td> <td>107.036</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.956.148</td> <td>4.464.816</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Contas de consumo, benefícios e consultorias	4.945.231	4.248.346	Aluguéis	10.915	7.968	Adiantamento de clientes	-	101.466	Creditos com terceiros	-	107.036	Total	4.956.148	4.464.816																															
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Contas de consumo, benefícios e consultorias	4.945.231	4.248.346																																																												
Aluguéis	10.915	7.968																																																												
Adiantamento de clientes	-	101.466																																																												
Creditos com terceiros	-	107.036																																																												
Total	4.956.148	4.464.816																																																												
17. Provisão para demandas judiciais – A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Os registros contábeis e as operações da Empresa também estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável. De acordo com a legislação vigente no Brasil, as operações da Empresa estão sujeitas a revisão pelas autoridades tributárias e previdenciárias, pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos e encargos, exceto o Fundo de Garantia																																																														
por Tempo de Serviço (FGTS), cujo prazo de prescrição é de 30 anos. Em decorrência dessas revisões, as transações e os recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualização monetária. 18. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social da Empresa, expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 29.510.823.																																																														
19. Receita operacional líquida																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita prestação de serviços técnicos</td> <td>176.955.130</td> <td>185.075.214</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>161.243.079</td> <td>185.075.214</td> </tr> <tr> <td>Receita bruta de vendas</td> <td>(5.911.433)</td> <td>(6.750.933)</td> </tr> <tr> <td>PIS/COFINS</td> <td>(5.725.240)</td> <td>(7.114.457)</td> </tr> <tr> <td>ISS</td> <td>(11.636.673)</td> <td>(13.865.390)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>165.318.457</td> <td>171.209.824</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Receita prestação de serviços técnicos	176.955.130	185.075.214	Total	161.243.079	185.075.214	Receita bruta de vendas	(5.911.433)	(6.750.933)	PIS/COFINS	(5.725.240)	(7.114.457)	ISS	(11.636.673)	(13.865.390)	Total	165.318.457	171.209.824																												
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Receita prestação de serviços técnicos	176.955.130	185.075.214																																																												
Total	161.243.079	185.075.214																																																												
Receita bruta de vendas	(5.911.433)	(6.750.933)																																																												
PIS/COFINS	(5.725.240)	(7.114.457)																																																												
ISS	(11.636.673)	(13.865.390)																																																												
Total	165.318.457	171.209.824																																																												
20. Custo dos produtos vendidos																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Custos com pessoal</td> <td>(119.704.440)</td> <td>(119.911.922)</td> </tr> <tr> <td>Custos licenças</td> <td>(20.309)</td> <td>(297.265)</td> </tr> <tr> <td>Custo com terceiros</td> <td>(16.030.726)</td> <td>(17.156.394)</td> </tr> <tr> <td>Custos com ocupação</td> <td>(400.979)</td> <td>(412.351)</td> </tr> <tr> <td>Custo com utilidades e serviços</td> <td>(347.330)</td> <td>(289.543)</td> </tr> <tr> <td>Custo com viagens</td> <td>(252.322)</td> <td>(386.904)</td> </tr> <tr> <td>Perdas com duplicatas</td> <td>(1.769.901)</td> <td>(1.919.532)</td> </tr> <tr> <td>Custo Depreciação</td> <td>(162.177)</td> <td>(751.300)</td> </tr> <tr> <td>Custos gerais</td> <td>(586.073)</td> <td>(1.055.854)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(139.274.257)</td> <td>(142.181.064)</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Custos com pessoal	(119.704.440)	(119.911.922)	Custos licenças	(20.309)	(297.265)	Custo com terceiros	(16.030.726)	(17.156.394)	Custos com ocupação	(400.979)	(412.351)	Custo com utilidades e serviços	(347.330)	(289.543)	Custo com viagens	(252.322)	(386.904)	Perdas com duplicatas	(1.769.901)	(1.919.532)	Custo Depreciação	(162.177)	(751.300)	Custos gerais	(586.073)	(1.055.854)	Total	(139.274.257)	(142.181.064)																
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Custos com pessoal	(119.704.440)	(119.911.922)																																																												
Custos licenças	(20.309)	(297.265)																																																												
Custo com terceiros	(16.030.726)	(17.156.394)																																																												
Custos com ocupação	(400.979)	(412.351)																																																												
Custo com utilidades e serviços	(347.330)	(289.543)																																																												
Custo com viagens	(252.322)	(386.904)																																																												
Perdas com duplicatas	(1.769.901)	(1.919.532)																																																												
Custo Depreciação	(162.177)	(751.300)																																																												
Custos gerais	(586.073)	(1.055.854)																																																												
Total	(139.274.257)	(142.181.064)																																																												
21. Gerais e administrativas																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas com pessoal</td> <td>(4.452.602)</td> <td>(4.716.725)</td> </tr> <tr> <td>Comissões</td> <td>(848.857)</td> <td>(1.151.249)</td> </tr> <tr> <td>Marketing</td> <td>(635.522)</td> <td>(354.678)</td> </tr> <tr> <td>Outros gastos/vendas</td> <td>(51.422)</td> <td>(106.614)</td> </tr> <tr> <td>Ocupação</td> <td>(1.133.057)</td> <td>(1.213.431)</td> </tr> <tr> <td>Utilidades e serviços</td> <td>(226.898)</td> <td>(211.262)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(7.453.158)</td> <td>(8.358.008)</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Despesas com pessoal	(4.452.602)	(4.716.725)	Comissões	(848.857)	(1.151.249)	Marketing	(635.522)	(354.678)	Outros gastos/vendas	(51.422)	(106.614)	Ocupação	(1.133.057)	(1.213.431)	Utilidades e serviços	(226.898)	(211.262)	Total	(7.453.158)	(8.358.008)																									
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Despesas com pessoal	(4.452.602)	(4.716.725)																																																												
Comissões	(848.857)	(1.151.249)																																																												
Marketing	(635.522)	(354.678)																																																												
Outros gastos/vendas	(51.422)	(106.614)																																																												
Ocupação	(1.133.057)	(1.213.431)																																																												
Utilidades e serviços	(226.898)	(211.262)																																																												
Total	(7.453.158)	(8.358.008)																																																												
22. Outras receitas e despesas operacionais																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Outras receitas</td> <td>587.669</td> <td>74.736</td> </tr> <tr> <td>Despesas indedutíveis</td> <td>(121.407)</td> <td>(136.847)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>466.262</td> <td>(62.111)</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Outras receitas	587.669	74.736	Despesas indedutíveis	(121.407)	(136.847)	Total	466.262	(62.111)																																					
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Outras receitas	587.669	74.736																																																												
Despesas indedutíveis	(121.407)	(136.847)																																																												
Total	466.262	(62.111)																																																												
23. Resultado financeiro líquido																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>982.821</td> <td>907.465</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(6.814.222)</td> <td>(7.339.738)</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro líquido</td> <td>(5.831.401)</td> <td>(7.232.273)</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Receitas financeiras	982.821	907.465	Despesas financeiras	(6.814.222)	(7.339.738)	Resultado financeiro líquido	(5.831.401)	(7.232.273)																																					
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Receitas financeiras	982.821	907.465																																																												
Despesas financeiras	(6.814.222)	(7.339.738)																																																												
Resultado financeiro líquido	(5.831.401)	(7.232.273)																																																												
24. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro – O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. 24.1. Demonstração das despesas (IRPJ e de CSLL) A conciliação do IRPJ e CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31/12/2019 é apresentada a seguir:																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)</td> <td>1.233.729</td> <td>2.115.512</td> </tr> <tr> <td>(+) Adições:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas indedutíveis</td> <td>121.407</td> <td>49.741</td> </tr> <tr> <td>Provisões perdas estimadas não dedutíveis</td> <td>208.156</td> <td>1.841.907</td> </tr> <tr> <td>Reversão Diferimento receitas/custos vendas órgão público</td> <td>29.584.168</td> <td>27.563.055</td> </tr> <tr> <td>Diferimento receitas/custos vendas órgão público</td> <td>6.192.402</td> <td>6.192.402</td> </tr> <tr> <td>(-) Exclusões:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(-) Reversão ou uso de provisões ou perdas estimadas não dedutíveis</td> <td>(478.233)</td> <td>(23.499)</td> </tr> <tr> <td>(-) Reversão Diferimento receitas/custos vendas órgão público</td> <td>(25.358.011)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(-) Diferimento receitas/custos vendas órgão público</td> <td>(11.820.669)</td> <td>(34.804.903)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo do IRPJ e da CSLL (+/-) Diferenças permanentes</td> <td>(317.051)</td> <td>(3.258.187)</td> </tr> </tbody> </table>															31/12/2020	31/12/2019	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)	1.233.729	2.115.512	(+) Adições:			Despesas indedutíveis	121.407	49.741	Provisões perdas estimadas não dedutíveis	208.156	1.841.907	Reversão Diferimento receitas/custos vendas órgão público	29.584.168	27.563.055	Diferimento receitas/custos vendas órgão público	6.192.402	6.192.402	(-) Exclusões:			(-) Reversão ou uso de provisões ou perdas estimadas não dedutíveis	(478.233)	(23.499)	(-) Reversão Diferimento receitas/custos vendas órgão público	(25.358.011)	-	(-) Diferimento receitas/custos vendas órgão público	(11.820.669)	(34.804.903)	Base de cálculo do IRPJ e da CSLL (+/-) Diferenças permanentes	(317.051)	(3.258.187)													
	31/12/2020	31/12/2019																																																												
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)	1.233.729	2.115.512																																																												
(+) Adições:																																																														
Despesas indedutíveis	121.407	49.741																																																												
Provisões perdas estimadas não dedutíveis	208.156	1.841.907																																																												
Reversão Diferimento receitas/custos vendas órgão público	29.584.168	27.563.055																																																												
Diferimento receitas/custos vendas órgão público	6.192.402	6.192.402																																																												
(-) Exclusões:																																																														
(-) Reversão ou uso de provisões ou perdas estimadas não dedutíveis	(478.233)	(23.499)																																																												
(-) Reversão Diferimento receitas/custos vendas órgão público	(25.358.011)	-																																																												
(-) Diferimento receitas/custos vendas órgão público	(11.820.669)	(34.804.903)																																																												
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL (+/-) Diferenças permanentes	(317.051)	(3.258.187)																																																												
Compensação base negativa prejuízo fiscal Base de cálculo do IRPJ e da CSLL IRPJ e CSLL pela alíquota combinada de 34% Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício 25. Instrumentos financeiros – A Empresa opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a Empresa não realizou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31/12/2020, a Empresa está sujeita aos fatores de: Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de suas operações. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas. 27. Cobertura de seguros – A Empresa mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores. 28. Eventos subsequentes – A Administração está considerando cuidadosamente os impactos do Covid-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais a Empresa está exposta. O efeito do Covid-19 tem sido relevante, porém, a Empresa informa que possui infraestrutura financeira e tecnológica para realizar suas atividades, está monitorando a propagação do																																																														

Capgemini Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63 – NIRE 35.300.178.815

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 21 de junho de 2021.
1. Data, Horário e Local: Em 21/06/2021, às 17h em Barueri, São Paulo. **2. Convocação:** Realizada via correio eletrônico pela Secretária do Conselho de Administração, nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Apresentaram o seu voto, participando da Reunião do Conselho de Administração por intermédio de correio eletrônico, nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, tendo confirmado seu voto através de declaração por escrito encaminhada à secretária da reunião por este mesmo meio eletrônico, os senhores(as): Aruna Jayanthi (AJ); Alain Marie Louis de Martin du Tyrac de Marcellus (AM); Maurizio Mondani (MM). **3. Secretária do Conselho:** Roberta Cirino Augusto Cordeiro. **4. Mesa:** Presidente: Aruna Jayanthi; Secretária: Roberta Cirino Augusto Cordeiro. **5. Ata Sumária.** Elaboração e publicação desta ata em forma de sumário (com omissão de assinaturas), apresentando a pauta das deliberações ocorridas, conforme permitido pelo artigo 130, § 1º e 2º, da Lei das S.A. **6. Ordem do dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Reeleição do Diretor Financeiro – Sr. João Leonardo da Silva Gomes Figueira (ii) Ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia e da Diretoria Estatutária. **7. Deliberações:** Os conselheiros presentes, por unanimidade de votos e, sem quaisquer restrições, aprovaram as seguintes deliberações: **7.1. Reeleição do Diretor Financeiro:** 7.1.1. Aprovar a reeleição do Sr. João Leonardo da Silva Gomes Figueira, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1705969-7 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.478.588-60, para ocupar o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com mandato de 3 anos e condicionado ao seu Contrato de Trabalho, permitida a reeleição, mediante assinatura de termo de posse, lavrado e arquivado na Sede da Companhia. 7.1.2. Em virtude da reeleição do Diretor Financeiro, descrita no item 7.1.1, fica consignado que, o Diretor ora eleito, declara, para os fins de Direito e, sob as penas da Lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, tendo declarado, ainda, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que o impeça de exercer atividade mercantil e, ato contínuo, toma posse, mediante termo já lavrado e arquivado na Sede da Companhia neste ato. **7.2. Ratificar a Composição do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária** em virtude da reeleição aqui indicada: **7.2.1. Composição do Conselho de Administração:** Conselheiro(a): Aruna Jayanthi (Presidente); Alain Marie Louis de Martin du Tyrac de Marcellus; Maurizio Mondani. Suplente: Anirban Bose; Christophe Du Vignaux; Jean Philippe Bol. **7.2.2. Composição da Diretoria Estatutária:** (a) Sr. Maurizio Mondani, RNM G327720-T e CPF/MF nº 079.875.291-25, para ocupar o cargo de Diretor Presidente, devidamente reeleito no ato de 12/12/2019; (b) Sr. João Leonardo da Silva Gomes Figueira, RG nº 1705969-7 SSP-SP e CPF/MF sob o nº 163.478.588-60, residente e domiciliado na Cidade de Barueri-SP, com escritório na Alameda Grajaú, nº 60, 14º andar, sala 1401, Alphaville, CEP 06454-050, para ocupar o cargo de Diretor Financeiro, devidamente reeleito no presente ato em 21/06/2021. **8. Encerramento e Lavratura da Ata** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata sumarizada que, foi por todos aprovada via votação eletrônica. Assinaturas: Mesa: Presidente: Aruna Jayanthi; Secretária: Roberta Cirino Augusto Cordeiro. Conselheiros que apresentaram seu voto de forma eletrônica: Srs. Aruna Jayanthi; Alain Marie Louis de Martin du Tyrac de Marcellus; Maurizio Mondani. Certificamos que a presente é cópia fiel dos atos deliberados da ata original arquivada em livro próprio. Barueri/SP, 21/06/2021. Roberta Cirino Augusto Cordeiro – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 366.023/21-4 em 29/07/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral

M-Camp Concessionária de Veículos Ltda.

CNPJ/ME nº 06.244.983/0001-98 – NIRE 35.218.731.280 – Convocação – Reunião Geral Extraordinária
 Sediada na Rua Capão Bonito, 361, Campinas-SP, por seu administrador, convoca seus sócios para se reunirem em Reunião Geral Extraordinária em 12/08/2021, às 10h00, em 1ª chamada, em sua sede, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar a alteração do endereço da sede, e (ii) aprovar a alteração do contrato social. (31/07 e 03/08/2021)

Petróleo fecha em queda, com foco em Opep+ e de olho em desaceleração na China

O petróleo fechou em forte queda nesta segunda-feira, 2, revertendo os ganhos da semana passada, com investidores de olho no aumento previsto da produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+). Indicadores que deram mais sinais de desaceleração econômica na China e a trajetória da pandemia de covid-19 também inspiraram cautela no mercado.

O barril do petróleo WTI com entrega prevista em setembro recuou 3,64% (-US\$ 2,69) na New York Mercantile Exchange (Nymex), a US\$ 71,26, enquanto na Intercontinental Exchange, o barril do Brent para outubro caiu 3,34% (-US\$ 2,52), a US\$ 72,89.

A partir desta segunda-feira, a Opep+ pôs em prática o aumento de 400 mil barris por dia (bpd) na sua oferta, segundo acordado na última reunião ministerial do

cartel. Para o Commerzbank, a produção do grupo permanece “mais reduzida do que o planejado, o que significa que a conformidade dos países da Opep+ com o acordo de cortes na oferta diminuiu ligeiramente”. Dada a atual situação apertada do mercado de petróleo, é possível esperar que a Opep+ ofereça mais do que os 400 mil bpd adicionais planejados em agosto, segundo comenta o banco alemão.

Entre os principais compradores globais do óleo, a China registrou queda ao menor nível em 16 meses do seu índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) industrial em julho, segundo medição conjunta do Caixin e da IHS Markit. O dado oficial também recuou no mesmo período. Segundo a Capital Economics, as leituras sugerem que sugerem que a atividade na indústria e no setor de construção chineses continuou a desacelerar. IstoéDinheiro



Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5987	Peso (Chile) - 0,006714
Dólar (EUA) - 5,1379	Peso (México) - 0,2588
Franco (Suíça) - 5,6772	Peso (Uruguai) - 0,1176
Iene (Japão) - 0,04704	Yuan (China) - 0,7951
Libra (Inglaterra) - 7,1340	Rublo (Rússia) - 0,07037
Peso (Argentina) - 0,05309	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1002

De olho no Copom, dólar fecha em queda após salto na sessão anterior



O dólar fechou em queda nesta segunda-feira, voltando a ficar abaixo de 5,20 reais, com investidores devolvendo parte da forte alta da sessão anterior em meio a expectativas de que o Banco Central seja mais agressivo na alta de juros nesta semana.

O dólar à vista caiu 0,84%, a 5,1654 reais na venda. O real revezou com a lira turca o posto de moeda com melhor desempenho nesta sessão.

O dólar operou todo o pregão em queda, indo de 5,195 reais (-0,27%) a 5,114 reais (-1,83%).

Na sexta, a cotação saltou 2,53%, maior alta em quase duas semanas, impulsionada por receios de ordem fiscal no Brasil.

Mas nesta segunda o mercado deu uma pausa nos aumentos de prêmio de risco no câmbio, embora no mercado de DI a alta das taxas mesmo depois da disparada de sexta serviu de lembrete dos receios sobre as contas públicas.

No curtíssimo prazo, o foco se volta para o Copom, em meio a um amplo debate no mercado se o Banco Central deveria acelerar o ritmo de alta de juros para 1 ponto percentual, que levaria a Selic para 5,25% ao ano.

“O real sobe mais hoje que varia moedas por causa da expectativa pelo Copom. E se você olha, vemos que o Brasil está subindo mais os juros do que outros mercados emergentes, o que deixa o real mais atrativo”, disse Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, que prevê alta de 1 ponto percentual na Selic na próxima quarta-feira.

Juros mais altos aumentam o retorno potencial que investimentos de renda fixa lastreados no real oferecem. Uma Selic mais elevada também impulsiona as taxas dos contratos de câmbio a termo sem entrega física (os NDFs), o que aumenta a atratividade desse derivativo para investidores estrangeiros.

IstoéDinheiro

DÓLAR

compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 5,1373 / R\$ 5,1379 **
 Câmbio livre mercado - R\$ 5,1630 / R\$ 5,1650 *
 Turismo - R\$ 5,1700 / R\$ 5,3200

(*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,84%

OURO BM&F
 R\$ 297,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
 Variação: 0,59%
 Pontos: 122.515
 Volume financeiro: R\$ 31,139 bilhões
 Maiores altas: Totvs ON (4,55%), Americanas ON (4,42%), Taesa UNT (4,08%)
 Maiores baixas: CVC Brasil ON (-2,02%), Petrobras PN (-1,86%), Companhia Siderúrgica Nacional ON (-1,41%)

S&P 500 (Nova York): -0,18%
 Dow Jones (Nova York): -0,28%
 Nasdaq (Nova York): 0,06%
 CAC 40 (Paris): 0,95%
 Dax 30 (Frankfurt): 0,16%
 Financial 100 (Londres): 0,70%
 Nikkei 225 (Tóquio): 1,82%
 Hang Seng (Hong Kong): 1,06%
 Shanghai Composite (Xangai): 1,97%
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 2,55%
 Merval (Buenos Aires): -0,10%
 IPC (México): 0,00%

Negócios

Eletrobras planeja investir R\$ 8,3 bilhões em modernização



O envelhecimento de uma hidrelétrica, com desgaste das turbinas e de equipamentos instalados, afeta diretamente a sua eficiência. Ao longo da sua operação, as unidades passam a ficar mais tempo indisponíveis para fazer manutenção, afetando o volume de geração. Nos últimos anos, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o índice de disponibilidade das hidrelétricas entre 59 MW e 699 MW diminuiu, e um dos motivos pode ser o efeito do tempo nos equipamentos.

Além da repotenciação, que envolve aumento de capacidade instalada, esse problema pode ser resolvido com projetos de moderniza-

ção que melhoram a operação da usina. “Apesar de não aumentar a potência, a modernização eleva a eficiência e faz a usina gerar mais tempo, o que é bom para o sistema”, diz o presidente da divisão Hydro da GE Renewable Energy da América Latina, Cláudio Trejger. Segundo ele, a tecnologia atual também pode melhorar o desempenho das usinas, com soluções que monitoram e permitem a operação remota.

A Eletrobras, por exemplo, tem um programa de R\$ 8,3 bilhões, entre 2021 e 2025, que inclui a compra de equipamentos mais atuais e a modernização e digitalização das usinas. Os projetos incluem grandes unidades do grupo, como Paulo Afonso

IV, Sobradinho, Xingó, Marimbondo, Itumbiara e Tucuruí. Em nota, a estatal afirmou que o objetivo é minimizar os riscos de interrupções na operação das hidrelétricas.

Quem aposta na modernização é a AES Tietê. Das 9 unidades da empresa, apenas três ainda não concluíram o processo. “Ao longo do tempo, a turbina vai produzindo menos e perdendo eficiência. Com as melhorias, a usina passa a ter menos falhas e acaba gerando mais”, diz o diretor de Operações da AES Brasil, Anderson Oliveira. Segundo ele, as novas tecnologias reduzem custos e aumentam a disponibilidade da usina. “As novas turbinas têm sensores que monitoram vazamentos, vibração e tensão.” Exame

Empresas monitoram vacinação de Covid-19 de funcionários, mas ainda não sabem se vão exigir imunização



Com avanço da vacinação contra Covid-19, empresas controlam a imunização dos funcionários e tentam definir como agir se houver recusa sistemática de se proteger do vírus.

O controle passa por aviso aos empregados, individualmente, da data da vacinação e da segunda dose, de pesquisas entre funcionários para mapear quem já concluiu as duas etapas e pedidos que enviem o cartão de imunização, mas sem imposição explícita.

A Ocyan, empresa de óleo e gás que emprega 2 mil pessoas, acompanha a vacinação por idade e entra em contato com aqueles que não enviam o comprovante para entender o motivo.

Segundo a empresa, aqueles que não se vacina-

‘Über dos ônibus’, FlixBus estreia no País para concorrer com a Buser

As estradas brasileiras estão pres-tes a receber mais um competidor no ramo de ônibus interestaduais. O unicórnio alemão FlixBus, que é uma espécie de Uber dos ônibus, está pronto para iniciar a operação no País, esperando apenas a liberação de órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Concorrente direta da brasileira Buser, a empresa separou US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 507 milhões no câmbio atual) para investimentos por aqui.

“O Brasil é um dos maiores mercados do mundo e estamos à espera apenas de licenças, pois em todos os lugares do mundo operamos de maneira regular”, diz Edson Lopes, diretor-geral da FlixBus no País.

Estima-se que o mercado brasileiro de viagens interestaduais por via rodoviária seja próximo de 50 milhões de operações por ano. Em 2020, por causa da pandemia,

o número caiu 54%, mas neste ano já há uma recuperação. Lopes calcula que também com as viagens intermunicipais, o mercado é de 80 milhões de viagens por ano.

Por isso, no longo prazo, ele acredita que é possível que a FlixBus se torne líder de mercado e com uma fatia acima de 10 milhões de passageiros. Para que esse número seja possível, a startup vai entrar no País com promoções agressivas, como aconteceu em outros mercados em que ela estreou. Recentemente, a companhia estreou no Reino Unido com viagens por menos de € 1.

Além de viagens mais baratas, a companhia vai apostar em um segmento premium, com ônibus mais confortáveis e com possibilidade de oferecer mais viagens em ônibus com leito e semileito. Para isso, a companhia tem feito parceria com montadoras e empresas financeiras para oferecer financiamentos para interessados. Estado SP



ram estão sendo orientados a fazê-lo e se a negativa permanecer, poderão receber punições e até serem demitidos.

A indústria de brinquedos, que emprega 35 mil pessoas, controla com rigor a vacinação dos operários.

Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Synésio Batista da Costa, o setor de Recursos Humanos das empresas acompanha o calendário de vacinação e avisa aos funcionários da data prevista. Mas não haverá demissão:

Não dá para dizer: ou você vacina ou te demito. Na marra, não vai. Cada RH controla a semana que tem vacina, avisando que tem que vacinar e pede o atestado. Na segunda dose, o RH informa de novo e pede que traga o atestado.

Segundo Costa, houve 56 casos de recusa inicial, mas uma operação de convencimento, com os médicos das empresas e os próprios colegas, reverteu a situação. Segundo ele, há muita desconhecimento sobre a vacina:

Em último caso, se o funcionário não concordar mesmo, vamos mudar a posição dele na esteira, para ficar mais longe dos colegas ou num horário diferente. Pensamos também em convocar a família, os filhos, a mãe, a sogra, a esposa, para ajudar a convencer o funcionário.

A advogada Juliana Bracks lembra que há duas decisões judiciais que confirmaram a demissão por justa causa de uma funcionária de hospital que recusou a vacina, mas há comportamentos variados nas empresas. O Globo